Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.607	1.300
Contas a receber	4.411	4.161
Despesas antecipadas	118	111
	7.136	**5.571**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	4.115	4.425
Partes relacionadas	3.546	3.222
	7.661	**7.647**
Imobilizado	108.301	111.759
Intangível	74	77
	108.375	**111.837**
Total do ativo	**123.172**	**125.055**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.292	4.354
Passivos de arrendamento	67	57
Fornecedores	181	161
IRPJ e CSLL a recolher	253	255
Obrigações tributárias	114	106
Partes relacionadas	40	5
	4.947	**4.938**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	57.463	61.748
Passivos de arrendamento	2.859	2.680
	60.322	**64.428**
Total do passivo	**65.269**	**69.366**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	2.119	1.430
Lucros acumulados	4.796	3.270
Total do patrimônio líquido	**57.903**	**55.689**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**123.172**	**125.055**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**50.988**	**909**	**2.604**	**54.500**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.417
Reserva legal	–	521	(521)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(2.473)	(2.473)
Dividendos adicionais	–	–	(6.756)	(6.756)
Transferência entre reservas	–	–	666	–
Em 31 de dezembro de 2022	**50.988**	**1.430**	**3.270**	**55.689**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.785
Reserva legal	–	689	(689)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.274)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	(3.270)	(3.270)
Dividendos adicionais	–	–	–	(5.026)
Transferências entre reservas	–	–	4.796	–
Em 31 de dezembro de 2023	**50.988**	**2.119**	**4.796**	**57.903**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	27.975	25.788
Custos de operação	(7.685)	(7.399)
Lucro bruto	**20.290**	**18.389**
Despesas gerais e administrativas	(1.396)	(1.550)
Outras Receitas Operacionais, líquidas	18	104
Lucro Operacional	**18.912**	**16.943**
Receitas financeiras	912	607
Despesas financeiras	(4.848)	(6.096)
Resultado financeiro, líquido	**(3.936)**	**(5.489)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**14.976**	**11.454**
Imposto de renda e contribuição social	(1.191)	(1.037)
Lucro líquido do exercício	**13.785**	**10.417**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,27	0,18

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**13.785**	**10.417**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**13.785**	**10.417**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.976**	**11.454**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	3.817	6.021
Depreciação	4.081	3.940
Amortização	3	3
Baixa de Imobilizado		27
Remensuração arrendamento	247	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(250)	(778)
Despesas antecipadas	(8)	(26)
Contas de ressarcimento – CCEE		(5)
Fornecedores	19	105
Obrigações tributárias	(149)	(66)
Outras obrigações		(11)
Caixa gerado pelas operações	**22.737**	**20.663**
Juros pagos		(6.864)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.036)	(932)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**21.702**	**12.867**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	1.222	245
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(289)	1.573
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(623)	(57)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	**310**	**1.761**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		
Redução de capital		
Dividendos Pagos	(11.570)	(10.200)
Pagamento de empréstimos	(9.076)	(4.558)
Pagamento de passivo de arrendamento	(198)	(52)
Pagamento de fiança	–	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(20.704)**	**(14.840)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.307**	**(211)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.300	1.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.607	1.300
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.307**	**(211)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

(a) Capital circulante líquido: Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Isarael e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo